



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA PRIMEIRA (1ª) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e dezessete realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; Secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Primeira (1ª) Sessão Extraordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº 1 (um), de 2017, de Sessão Extraordinária. Às 20h57, feita a primeira e única chamada nominal dos Srs. Vereadores, pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 118, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto De Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcanti (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106, da já citada Resolução, convidou o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cumprida dita providência, o Sr. Presidente passou imediatamente à parte reservada à “**ORDEM DO DIA**”, apreciando, EM TURNO ÚNICO: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 64, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim a efetuar acordo judicial, para fins de repasse financeiro destinado à Associação Alma Mater, e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para comentar o projeto, fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa, que, de início, cumprimentou os membros da diretoria da entidade Alma Mater, presentes nas galerias. Depois, passou a discorrer sobre o projeto, dizendo que estranhara, quando lera as manchetes dos jornais do último final de semana, pois somente ficara sabendo da crise, que envolvia a Alma Mater, pela imprensa, desconhecendo, anteriormente, o assunto. Acreditava que faltara diálogo ao Poder Executivo, para o trato de uma questão tão sensível ao município, como era o caso das crianças e jovens assistidos pela entidade, e que, faltara diálogo não só do prefeito e da secretária competente, para com a Alma Mater, mas também, entre a secretária e o prefeito, de ambos para com a Casa de Leis, haja vista que a Câmara tinha o dever de saber o que estava acontecendo com a entidade. Falou que, quando vira chegar a justificativa do prefeito, para parcelamento do acordo de pagamento à entidade, no valor de cento e oitenta mil reais, em seis vezes, pensara consigo: mas qual a justificativa para provarmos? Diante do questionamento, relatou que fora conversar com o Promotor de Justiça, Dr. Rogério Filócomo, e que até cogitara conversar com Dr. Fábio, Juiz da Vara da Infância e Juventude, na tentativa de saber o que estava acontecendo, pois, os vereadores nada sabiam a respeito e já tinham recebido o projeto, para apreciação, em regime de urgência. Relatou que Dr. Filócomo estava à disposição, para diálogo, com a Casa de Leis, mas que, desde o mês de janeiro, do corrente ano, havia conversa, entre a entidade e o Poder



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Executivo Municipal, e que o caso havia chegado ao seu extremo, ao ponto de a Alma Mater querer entregar os serviços ao município e fechar as portas, abandonando as crianças atendidas. O Vereador sabia que o problema tinha nascido no governo municipal do ex-prefeito Gustavo Stupp e esta era sim, a verdade; que ele não era leviano, portanto, fora consultar o processo, e conversar com o promotor, antes de aprovar a matéria, pois era o mínimo, que ele podia fazer, enquanto vereador; que existira, então, um problema de reajuste, para com a Alma Mater, reajuste este, que deveria ter sido feito, no passado; que o ex-prefeito Gustavo Stupp recebera o pedido e o engavetara, sumindo com o documento, relativo ao pedido da entidade, para que fosse feito reajuste, no valor de cento e sessenta e dois mil reais; que tal valor tinha sido estabelecido pelo Dr. Fábio, Juiz da Infância e Juventude; que o Dr. Fábio tinha concedido liminar, dando causa favorável à Alma Mater, para que a entidade recebesse o valor, com pagamento à vista; que o Setor Jurídico do ex-prefeito havia depositado, em juízo, os cento e sessenta e dois mil reais; que o processo fora discutido e recebera agravo; que o valor não poderia ser liberado, enquanto o assunto não fosse discutido; que, graças a Deus, as partes tinham entrado em acordo e a entidade tinha aceitado a divisão do valor, em seis parcelas; que o fato do Setor Jurídico ter depositado o valor integral, em juízo, fora ato de frieza, haja vista que, se o Jurídico depositava o valor integral, era porque a Prefeitura detinha dinheiro, no caixa; que esta era questão sensível do município, assim como o assunto Santa Casa; que a prefeitura havia estabelecido não ter condições de assumir os serviços da Alma Mater, logo, ela dependia da entidade; que ele desejava registrar seu descontentamento, pela forma como fora conduzida a crise, haja vista que, quando os vereadores tinham tomado conhecimento, a entidade já estava prestes a fechar suas portas, que além da falta de diálogo, faltara também sensibilidade, por parte do secretariado municipal, e que, para as próximas ocasiões, diante de questões tão importantes, que essas fossem dialogadas, conversadas e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discutidas, na Câmara, já que o Poder Legislativo e o Poder Executivo eram parceiros, em outras questões, até menos importantes. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Relatou que a situação da entidade estava caótica, desde o início do ano; que fora visitar a entidade e constatar o trabalho brilhante, uma coisa linda, que a entidade efetuava, algo fantástico, para o qual ele dava ‘nota mil’; que, quando o líder do prefeito o tinha procurado, dizendo do projeto, em regime de urgência e de uma possível sessão extraordinária, ele tomara o cuidado de procurar a senhora Valdívnia Albejante, objetivando saber se ela estava satisfeita com o acordo, que fora estabelecido; que a diretora da entidade lhe relatara, que melhor teria sido o pagamento à vista, mas que fora um bom acordo, pois daria para colocar alguma coisa em ordem; que, da mesma forma, procurara o prefeito, que lhe dissera o acordo tinha sido necessário; que, como ambas as partes tinham comum acordo, ele estava apto a votar; que ele se desculpava, perante a entidade, por não ter retornado, em visita, que daria voto favorável, e que, a entidade necessitava, urgentemente, do dinheiro. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, Líder de Governo, na Câmara. Ele agradeceu o apoio recebido pelo Vereador Tiago Costa que, como advogado que era, procurara esclarecimentos junto ao Ministério Público. Prosseguindo, disse que vinha acompanhando o imbróglio com a Alma Mater já há algum tempo; que não tinha procuração, para defender a Secretária de Assistência, Leila Iazzetta, mas era sabedor de seu empenho, para solução do problema com a Alma Mater; que não havia falta de empenho, por parte da secretária; que tinha conversado com a dirigente da entidade, Valdívnia Albejante, entendendo, através do diálogo, que existia acordo mútuo, de uma situação que estava se estendendo, por demanda jurídica; que a situação era bastante complicada; que ele não seria demagogo, em dizer, que sabia, profundamente, do assunto, porque ele, realmente, não estava a par, apenas vinha acompanhando, por se tratar de caso jurídico; que era necessário entender, que existia agora um acordo; que ele



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ficara sabendo, através de uma funcionária da entidade, a difícil situação dos funcionários da entidade, portanto, não só a Alma Mater corria o risco de fechar as portas, como também os funcionários não estavam recebendo salários; que a situação estava delicada na Alma Mater, bem como em outras entidades; que ele não afirmaria, que faltara sensibilidade, porque não tinha participado das reuniões, para o acordo, pois se tornara líder há pouco tempo, mas que ficara muito preocupado; que agradecia também, a preocupação dos demais membros da Câmara, Vereadores Tiago Costa, Maria Helena e Gérson Rossi Junior, que tinham se reunido e exarado o parecer, com rapidez, porque fora o primeiro pedido que ele fizera, para urgência-urgentíssima, enquanto líder, então, agradecia a todos, principalmente, aos membros das comissões; que a preocupação era com a entidade e seus assistidos; que ele não se debruçaria a falar sobre os fatos do governo Stupp, porque não era problema seu, haja vista que sua responsabilidade começara no dia 1º de janeiro, quando tomara posse do cargo de vereador, que pedia o entendimento e o voto, especificamente, de cada vereador, porque havia necessidade para Alma Mater, e que, uma vez aprovado o projeto, na data, a Alma Mater receberia o seu dinheiro, no próximo dia 26 de maio. Também discutiu o Vereador Gérson Luiz Rossi Junior, que também justificou e esclareceu o projeto. Afirmou ter sido avisado sobre a matéria, no sábado, e ter se colocado à disposição, desde logo, para exarar parecer e realizar a sessão extraordinária; que a matéria era um socorro necessário; que, ao contrário do Vereador Tiago Costa, ele não tivera o tempo hábil necessário para consultar o Ministério Público, mas assim como todos os demais edis, ele entendia a urgência da votação, e lembrou ainda, que a questão com a Santa Casa também fora judicial, todavia, o assunto não tinha vindo, para a apreciação da Câmara, porque se tratava de dinheiro conveniado, atraso de pagamento; que o dinheiro relativo ao projeto, em tela, não era dinheiro de convênio; que o dinheiro do convênio estava sendo pago, algo que não era reajustado, desde 2015, algo que vinha trazendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prejuízo mensal, o que culminara com a possibilidade de fechamento da entidade, que, a partir da data, permaneceria o mesmo valor de pagamento mensal do convênio, e que, a Câmara estava votando um dinheiro extra. Por fim, agradeceu todas as comissões, por terem entendido a urgência da situação. Para comentar o projeto, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela iniciou, solicitando, pela ordem, que por alguns instantes, a Presidente da entidade Alma Mater, senhora Valdívnia Valli Albejante, pudesse explicar toda a situação aos vereadores e sanar algumas dúvidas existentes e afirmou ainda, que o que mais a incomodava era a desigualdade de recursos, subvenções, entre as entidades, porque existiam distorções imensas, desigualdade alarmante, embora soubesse das diversas situações de captação de recursos. Atentou às palavras do Vereador Gérson, que havia dito, que o valor não era um reajuste, que a Alma Mater continuaria recebendo o que já recebia, e que, segundo informações, a entidade operava doze mil reais/mês, no vermelho, todos os meses, ou seja, cento e quarenta e quatro mil reais/ano, no vermelho. A vereadora frisou que os cento e oitenta mil reais, objeto do projeto, eram para a emergência, e que, não seriam reajustados. O Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, submeteu à votação do Plenário o pedido de suspensão dos trabalhos, para que os vereadores ouvissem a Presidente da Alma Mater, senhora Valdívnia Albejante, o que foi aprovado, unanimemente. A sessão foi suspensa às 21h31 e reaberta, ato contínuo, às 21h48, após as explicações da presidente da Alma Mater. O próximo orador a discutir a matéria foi o Vereador André Albejante Mazon. Ele fez alguns apontamentos, colocando que a Câmara tinha sido avisada, em janeiro, pela Secretária de Assistência Social, Leila Iazzetta, sobre a precária situação da entidade, portanto, ele reconhecia ter sido omissivo, pois a Câmara sabia da situação e, mesmo assim, deixara as coisas prosseguirem. Parabenizou o Vereador Tiago Costa, pela iniciativa de ter buscado informações, conversado com o Promotor, e, para encerrar, parabenizou também, a Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Alma Mater, Valdívvia Albejante, bem como, a Secretária de Assistência Social, Leila Iazzetta. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele aclarou que era sabedor da situação das entidades, especialmente, a da Alma Mater; que, assim como outros vereadores, tentara fazer algo, em prol das entidades, no decurso do ano de 2016, nada conseguindo, porque, se a comunidade tentava ajudar, a então Secretária de Assistência Social e o ex-prefeito atuavam na contramão; que havia uma distância muito grande entre a atual Secretária de Assistência Social e a anterior, que a atual secretária Leila tinha dialogado, com a Câmara, e revelado as dificuldades pelas quais as entidades passavam, bem como, prestava contas de suas ações, diferença pontual, entre as secretárias, e que, votaria favorável à matéria, com alegria, pois era dinheiro, para a Alma Mater. Para finalizar, parabenizou todos os funcionários da Alma Mater, que trabalhavam com alegria e amor, e teceu elogios à entidade. Também fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Ele reconheceu o trabalho de todos os funcionários da entidade, rogou ao Senhor Deus, que os abençoasse, pois realizavam um trabalho, que só seria possível através do amor, e passou a tecer críticas contra o governo do ex-prefeito Gustavo Stupp. Destacou que o ex-prefeito deveria ser sempre citado, para que o povo não se esquecesse dos seus desmandos, e lembrou de ter ido às ruas, juntamente, com alguns outros vereadores da Câmara, para protestar, pela forma como o então gestor estava tratando as entidades assistências de Mogi Mirim. Salientou que o ex-prefeito tinha perdido a sensibilidade, a noção, e que, tal episódio deveria ser lembrado sempre. Lembrou que a sociedade mogimiriana apenas tomara ciência da gravidade do problema da Alma Mater e todas as outras entidades, quando o povo tinha ido às ruas, para protestar, mas que, mesmo assim, o ex-prefeito se recusara a repassar recursos às entidades, portanto, mais uma vez, todos podiam observar, pelo histórico, infelizmente, que o problema tinha começado, no governo do ‘moleque’, e vinha se arrastando até o presente momento. Disse que Gustavo Stupp era culpado e tinha que ser citado e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

relembrado, porque tinha feito um estrago na cidade; que em todos os problemas da cidade ele não fora humano o suficiente, tampouco, delicado, que desejava a situação se resolvesse a contento, que ainda acreditava, que o atual governo faria a diferença, através do diálogo, algo que não tinha existido no governo anterior, e, para concluir, frisou que o ex-prefeito tinha feito uma opção pela sua secretária e não pelas entidades. O Vereador Tiago César Costa, Líder da bancada do PMDB, solicitou a palavra conforme artigo 98, do Regimento Interno, o que lhe foi negado, pelo Presidente da Câmara; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 64/2017, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, em seguida, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme § 2º, do Artigo 117, do Regimento Interno vigente, facultou a tribuna aos oradores regularmente inscritos. Como os primeiros inscritos, Vereadores Samuel Nogueira Cavalcante e Sônia Regina Rodrigues, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa. Este explicou ter solicitado a palavra, para responder ao Vereador André Albejante Mazon, que o tinha citado, quando afirmara, que os vereadores já tinham se reunido com a Secretária Leila Iazzetta, portanto, que eram sabedores da situação das entidades, e, por conseguinte, teriam sido omissos, em sua atuação. Salientou que ele não se sentia culpado, haja vista que, em janeiro, a Secretária de Assistência tinha vindo à Câmara, para tratar de outra questão, que a questão objeto do projeto recém-votado era nova, e que, ele não se sentia culpado, porque só tivera conhecimento da situação, na data, assim como os demais vereadores. Prosseguindo, mudou de assunto e colocou que desejava tratar da questão da redução do número de vereadores, ideia do Vereador Cinoê Duzo. Assinalou que era interessante debater, colocar pontos de vista, dialogar e pediu ao seu assessor, que entregasse, nas mãos dos vereadores, uma fundamentação da história, para que todos entendessem o que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ocorrera, no passado, a fim de não repetirem os erros, no futuro. Passou a relatar acontecimentos da história da Câmara, aclarando que, no passado, o Ministério Público Estadual tinha ingressado, com ação, contra a Câmara, tentando reduzir o número de vereadores, de dezessete, para nove; que o MPE tinha levado, em procedência da ação, uma sentença desfavorável, em primeira instância, porque o juiz alegara, que dezessete vereadores era número que respeitava a Constituição Federal, de 1988; que tal sentença tinha sido encaminhada ao Tribunal, em São Paulo; que, no Tribunal, em São Paulo, a 3ª Câmara de Direito Público tinha mantido a decisão judicial de primeira instância e declarado que, Mogi Mirim respeitava a Constituição Federal, com um número de dezessete vereadores; que, inclusive, antes da emenda 58, da CF/88, que tinha estipulado para os municípios o número de seus vereadores, àquela época, existia outra redação, e pontuou um cálculo simples, feito pelo desembargador, em cima da redação antiga, pois, se para cada um milhão de habitantes, seriam vinte e um vereadores, para oitenta e dois mil habitantes, pelo cálculo, o desembargador chegara ao número de dezessete, ou seja, que Mogi Mirim estava dentro daquilo que estipulava a CF/88, antes da emenda 58/2009, quando, então, viera a mudança; que, pela emenda constitucional, o artigo 29, da CF/88, passara a vigor com nova redação; que o desembargador tinha grifado artigo 29, e encerrava sua sentença, estabelecendo que a emenda constitucional 58 tinha confirmado o critério utilizado, pela Câmara de Mogi Mirim, na sua composição, não havendo o que se falar em ilegalidade; que esta era mais uma fundamentação, para a discussão da redução do número de vereadores, em Mogi Mirim; que, sem contar o momento difícil, pelo qual atravessava o Brasil, momento nada propício para certas discussões, havia também, o argumento jurídico, que tinha dado aval, para que Mogi Mirim tivesse dezessete vereadores, respaldando o município, algo que tinha sido discutido, no Tribunal de Justiça do Estado, portanto, mais um motivo, para ele ser contrário à redução do número de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vereadores, pois a CF prevalecia. Como os próximos oradores, Vereadores Alexandre Cintra e André Albejante Mazon, inscritos, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Cinoê Duzo. O vereador iniciou seu discurso, falando que, na vida, o ser humano nada era, além de vaidade, vaidade das vaidades, e parabenizou a todos, que faziam um trabalho voltado às entidades, independentemente, de religião, ou crença. Sobre a redução do número de vereadores, de dezessete para onze, citou uma frase do jogador de futebol Rei Pelé, colocando que ‘a voz do povo era a voz de Deus’. Mais uma vez, agradeceu a todos os que apoiavam o movimento da redução do número de vereadores e sublinhou, que entendia os opositores, os que defendiam a permanência de dezessete vereadores. Disse que pessoas o tinham procurado, dando apoio e ele as agradecia. Frisou que melhor era dialogar e debater sempre; que o que diferia esta, da antiga Câmara, era o diálogo, pois, na legislatura anterior, a palavra empregada fora ‘intimidação’; que se existira, no passado, a ‘ala do amém’, a ela ele não tinha pertencido, tinha respeitado as opiniões, mas não tinha votado nada, com a base do governo anterior; que o reflexo de tais votações era a cidade devastada, porém, cada um era responsável pela sua verdade pessoal; que sua grande paixão era mesmo a educação, ser professor era sua razão de viver; que apenas estava como vereador, que o cargo de vereador passaria, um dia; que, se todos relembassem os vereadores, que pela Câmara tinham passado, perceberiam quantos já haviam caído no esquecimento e destacou, que ele e seus pares também seriam esquecidos, um dia; que muitos munícipes atuais nem sabiam quem tinha sido Santo Róttoli – vereador que dava denominação ao plenário da Câmara de Mogi Mirim – o maior secretário de esportes, que Mogi Mirim já tivera, que os homens não deveriam se esquecer das datas realmente importantes, tais como, o Natal e o Dia das Mães, e que, pudessem todos lembrar tais efemérides, a fim de se tornarem mais humanos, sensíveis e delicados, em busca de serem todos felizes. Como o próximo orador, Vereador Cristiano Gaioto, desistisse da palavra, ocupou lugar, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tribuna, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, Líder de Governo. Ele registrou alguns atos da administração municipal, especialmente, informando que a administração havia trocado a administração do Cemitério, local que estava se mostrando bem mais limpo, desde o Dia das Mães. Depois, agradeceu ao Vereador Alexandre Cintra, por ter se lembrado do nome do radialista José Luís Góí, para denominação de rua, narrando que o radialista tinha sido seu colega de trabalho, durante anos, registrando ainda, que fora uma homenagem justa, portanto, o vereador lhe agradecia a denominação, em nome da família, bem como, em nome da classe dos radialistas. Prosseguindo, convidou todos os presentes, para a próxima reunião do Conselho de Segurança - CONSEG, a ser realizada na terça-feira, dia 23, no Jardim Paulista, precisamente, no salão paroquial da capela de São Francisco, na zona norte, a pedido dos moradores do bairro. Registrou que, na quarta-feira passada, estivera presente na cidade de Mogi Guaçu, no lançamento do livro do senhor Oliveira Pereira da Costa, funcionário da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, sublinhando que a obra era leitura eficiente, para auxílio, na análise de orçamentos públicos. Agradeceu aos que tinham estado presentes, no velório do jornalista Valter Abracez, seu compadre, pessoa que tinha marcado presença não só no jornalismo mogimiriano, mas na vida pública. Frisou que, nascido em Martim Francisco, Valter Abracez alcançara Mogi Mirim, pois fora pessoa humilde, às vezes, incompreendido, mas, certamente, uma ‘fera’ do jornalismo. Agradeceu ao Vereador Tiago Costa e ao Vereador Moacir Genuario, por terem encaminhado requerimento, para audiência pública sobre os rumos e o futuro do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC e relatou, que soubera, de fonte segura, que o atual presidente do MMEC estava desmembrando o estádio, para vender uma parte, e clamou aos pares, por uma prevenção sobre isso. Pediu apoio, inclusive, para criar qualquer mecanismo, para tornar o estádio de utilidade pública, já que o clube era declarado, mas o estádio não, a fim de que não fosse possível comercializá-lo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele colocou, que falaria sobre o projeto da captação de recursos para as entidades, quando no segundo turno de sua votação, bem como também, abordaria, quando em segundo-turno, o projeto de declaração de utilidade pública para o curso pré-vestibular gratuito da Paróquia São Joaquim e Santana – SANQUIM, quando o professor Newton Magalhães falaria, em Tribuna Livre, sobre a ONG. Depois, o vereador versou sobre requerimentos, de sua autoria, os quais apresentara, logo depois de um discurso proferido, na Casa, pela Vereadora Maria Helena, que tinha criticado a poluição sonora noturna, provocada por uma festa funk, que se realizara, no Clube Recreativo, zona central da cidade. Explicou, que desde o discurso da edil, ele sentira a necessidade de articular uma ação, para rever leis, a fim de que fosse preservado o sossego público; que tivera, então, a iniciativa de colocar a ideia, no papel; que a Vereadora Maria Helena estava assinando a propositura, com ele; que ambos estavam se reunindo, para discussão acerca do assunto; que ele acreditava, inclusive, que resultados já estavam sendo obtidos, com a fiscalização da Guarda Civil Municipal - GCM; que existiam condições de melhorar ainda mais; que, no dia 7 último, ele fora surpreendido com uma festa rave, distante dez quilômetros de onde ele estava, festa que tinha atormentado os moradores do bairro da Santa Cruz e arredores; que Mogi Mirim não merecia tais situações; que ele nada tinha contra festas, mas chegara o tempo de agir, haja vista que algumas cidades já tinham proibido a realização de raves, em seus perímetros; que a intenção era a do respeito pelo outro, pois as pessoas deveriam saber qual o limite, para barulho, e o município tinha que colocar restrições; que a rave poderia ser realizada, mediante a adequada acústica, mas não durante dezoito horas de som alto, num bairro de família, onde residiam pessoas idosas e ruralistas, que ele fizera o requerimento, dentro desta ótica, a qual expusera, e que, todos podiam contar com o seu apoio e colaboração, neste assunto, esperando resultados práticos. Falou ainda, sobre o outro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

requerimento, solicitando a revisão do Decreto no 2.915/1993 e alterações, que tratavam dos preços públicos municipais, regulamentando a Lei Municipal no 1.431/1993 - Código Tributário do Município, pois era necessário compilar as leis e tornar a legislação mais clara e transparente, para os funcionários, cidadãos e advogados de Mogi Mirim, e parabenizou o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, que tinha atendido a um seu pedido, para compilação de leis, no site da Câmara, tornando a consulta mais acessível. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele comentou sobre a XVI Festa Della Mamma, realizada na praça central da cidade, com a participação das entidades Lar Aninha, Equipolência e Resgate PRA Vida, parabenizou o idealizador do evento, Sebastião Zoli Filho, e afirmou que a festa fora um sucesso. Depois, convidou a todos para solenidade do Dia da Vitória da Segunda Grande Guerra Mundial, a ser promovida pela Câmara Municipal, no dia 19 próximo futuro, e, para encerrar, reforçou o convite já feito, para reunião do CONSEG, na quarta-feira, às 19 horas, na Capela São Francisco, no Jardim Paulista, zona norte da cidade. Novamente, na direção dos trabalhos, o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. Este versou sobre as indicações, as quais tinha apresentado, grande maioria delas, sugerindo a Operação Tapa Buracos. Disse que os buracos eram um crime, contra a cidade, pois todos os municípios pagavam impostos e corriam o perigo de acidentes, haja vista a enorme quantidade de buracos, nas ruas da cidade; que estava cobrando a administração, persistentemente, com relação aos buracos, fazendo alguns pedidos de forma emergencial; que, na data, tinha feito pedido de Operação Tapa Buracos para as ruas da Vila São José, Linda Chaib e Vila Dias; que tinha feito também, indicação para a limpeza



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de um bueiro, localizado, em frente ao Centro de Especialidades Médicas – CEM, bem como pedido para a instalação de lixeira, no mesmo local; que tinha sugerido a limpeza de área verde, no Jardim do Lago, bem como a retirada entulhos, em frente ao NIAS, e ainda, em frente à sede da Missão Paz e Vida. Falou, que tinha contado quinze lâmpadas queimadas, no Distrito de Martim Francisco, agradeceu parceria com o Vereador Geraldo Bertanha, acerca de transformar a Rua 4, do Sehaç, bem em frente à Creche Micheli Lucon, iniciando-se, na data, a pintura de sinalização de solo e instalação de placas, e informou também, que agentes de trânsito estariam, em frente à creche, para orientar os motoristas a respeito das mudanças. Registrou que, posteriormente, seria mudada a mão de direção, proibindo a contramão, na via. Relatou, segundo resposta que o vereador recebera do Poder Executivo, que durante a última semana, tinha sido realizada limpeza no Túnel Mário Covas e também próximo à linha férrea, conforme sua solicitação. Registrou que sua preocupação, com a limpeza e mato alto, na linha férrea, se dava em relação a dois vagões de trem, sempre estacionados, no local, com conteúdo inflamável, e ele temia a possibilidade da ocorrência de queimadas e outros sinistros. Disse, que há anos lutava por melhorias, para o Túnel Mário Covas, que há tempos solicitava fosse executada obra relativamente fácil, que, finalmente, a tal obra seria concretizada, haja vista que ele recebera notícia de que, na semana, em curso, seria feita a rampa de acessibilidade, no túnel, propiciando melhores condições de trânsito para as mães, com carrinhos de bebê, e aos cadeirantes. Para finalizar, sobre o assunto do som alto, relatou que existiam, na zona leste, quatro pontos, os quais transformavam aquele bairro, num inferno sempre, que, desde o início desses eventos, ele procurara cobrar os responsáveis, na prefeitura, o senhor Luiz Rocha, por exemplo, e tinha conseguido fazer notificação e os infratores tinham recebido uma multa, mas que, mesmo assim, os locais continuaram funcionando. Como os próximos oradores, Vereadores Luiz Roberto Souza Leite e Manoel



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Eduardo Pereira da Cruz Palomino, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele, inicialmente, registrou a presença do senhor Juarez, que sempre acompanhava os trabalhos da sessão. Depois, disse que a voz do povo não era a voz de Deus, porque Deus não falava mal dos outros e nem fazia fofoca, que Deus nunca tinha escrito certo, em linhas tortas, e que, o verdadeiro ditado deveria ser ‘a voz de Deus é a voz do povo’. Depois, abordou a questão da redução do número de vereadores, de dezessete para onze, e relatou fatos do governo passado, afirmando que o governo passado detivera muitos cargos comissionados; que ele trabalhava na prefeitura há onze anos, com muito orgulho; que o problema, com os cargos comissionados, se dava à época das campanhas políticas, pois os políticos prometiam os cargos de confiança, para ganharem as eleições, sentindo-se, o político vencedor, na obrigação de arrumar o emprego prometido à pessoa, para a qual ele tinha feito a promessa; que esses cargos comissionados pagavam salários superiores e ele não achava justa a situação, pois era funcionário público, de carreira, tratava os pacientes como se fossem filhos seus, carregando-os, no colo, e relatou alguns episódios difíceis, de ocasiões, em que ele necessitava carregar as pessoas, para que fossem socorridas, em ruas de difícil trânsito; que as pessoas se preocupavam com dezessete vereadores, mas ele questionava os inúmeros cargos comissionados do governo anterior, com altos salários, enquanto ele ‘dava o sangue’, para ganhar mil e setecentos reais/mês, que todos deveriam se preocupar com os cargos comissionados e não com o número de vereadores, porque eram dezessete vereadores representando o povo, e que, um número maior de edis era mais difícil de se deixar corromper. Como a próxima inscrita, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Moacir Genuario. O vereador, de início, agradeceu a aprovação de sua moção de congratulações e aplausos, pelo 11º aniversário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Ministério da Região Mogiana, parabenizando todos os membros desta renomada



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

igreja, na pessoa de seu pastor presidente e fundador, Nélcio Alves da Silva, ex-vereador. Explicou, que a igreja era voltada à pregação a Palavra de Deus e que, tinha um ministério de obra social muito grande, num trabalho de resgate aos drogados da cidade, fazendo a diferença, na cidade de Mogi Mirim. Depois, parabenizou as assistentes sociais, pelo transcurso do Dia da Assistente Social, efeméride do dia 15 de maio, profissionais que executavam um trabalho humanitário. Prosseguindo, versou sobre a Comissão de Denominação de Vias e Logradouros, presidida pelo Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando deste, que antes de emitido o parecer da Comissão de Vias, qualquer matéria fosse submetida ao exame dos membros, numa reunião prévia. Disse, que na semana anterior já tinha questionado o vereador presidente da comissão, no mesmo sentido, sobre a escolha dos nomes, sem uma reunião prévia; que, agora, outro projeto fora apresentado e votado, sem qualquer reunião, com apenas cinco assinaturas; que o ideal era se reunir, a fim de que todos participassem das decisões; que a Comissão de Vias, assim como faziam as Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento, deveria também, explanar sobre os projetos de denominação; que a comissão deveria se reunir, permitir que os dez vereadores membros pudessem opinar, ao invés de apresentar um projeto de lei, sem que os membros da comissão dele tivessem participado; que já falara tudo isso ao presidente da CDVLP, Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando-lhe agendasse reuniões, para discussões, ao invés de impor o projeto ‘goela abaixo’ dos vereadores membros, pois dever-se-ia conversar e dialogar, e que, era assim o praxe, na Casa. Para encerrar, solicitou diálogo dentro da Comissão Vias e Logradouros. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Este, de início, enviou seus fraternos agradecimentos aos funcionários do SAAE, os quais lhe tinham atendido, prontamente, no reparo de alguns vazamentos, na cidade, inclusive, no domingo, pela manhã. Também agradeceu à Secretária de Obras, Renata Furigo, pela presteza, no atendimento de suas solicitações, para Operações



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Tapa Buracos e limpeza de leito carroçável, especialmente, na Rua Antônio Moreno Peres, principal via de acesso aos Jardins Maria Bonatti Bordignon e Maria Beatriz, e sublinhou, que estava percorrendo a cidade e, portanto, verificara que a prefeitura vinha fazendo todo o possível, para atender às solicitações, mesmo diante das dificuldades financeiras, para o bem estar da população. Parabenizou ainda, o nobre Deputado Barros Munhoz, que sempre assistia Mogi Mirim, sempre à frente de todas as questões. Disse que outros deputados também lutavam, por Mogi Mirim, mas não com tanto afincamento, como Barros Munhoz, e, portanto, emitia seus agradecimentos especiais ao político, pela força que estava empenhando, em prol do resgate da Santa Casa de Mogi Mirim. O vereador também fez um comentário sobre o governo do PT, afirmando que tinha sido um governo, que propiciara as maiores desgraças ao povo brasileiro, pois, de 2013, em diante, as empresas tinham começado a passar por dificuldade graves. Explicou que a empresa privada planilhava seus custos, repassava a infração, ao contrário das instituições, que ele acompanhava de perto o Lar Maria de Nazareth, o CCI, o Lar Santo Antônio, e que, sempre constataria as dificuldades, pelas quais passavam tais entidades. No entanto, prosseguiu ele, as instituições não tinham a facilidade de replanilhar seus gastos, diante das perdas, que aconteciam, nos repasses que o governo fazia, e que, era lamentável o saldo do governo do PT à população brasileira, porque a inflação, no governo do PT tinha diminuído o poder aquisitivo do povo, de modo geral, e, especialmente, em Mogi Mirim, as indústrias tinham perdido vendas, o que levava, conseqüentemente, a uma queda de arrecadação municipal, cujo resultado eram situações calamitosas, para a administração pública resolver. Sobre a diminuição do número de vereadores, lembrou que, desde o dia da posse, vinha alertando sobre debates, que buscavam apenas a opinião pública e a formatação de um conceito, na cabeça da opinião pública, os quais nada acrescentavam, ou agregavam ao povo de Mogi Mirim, haja vista que existiam debates mais importantes e situações mais urgentes ao povo de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim. Frisou que a ‘história de dezessete mais, ou menos’, daria em nada, pois era um debate, que vinha apenas para colocar a opinião pública, contra a Casa de Leis, e nada acrescentaria, algo lamentável. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão às 22h45, determinando a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM